

Homofobia e educação sexual na escola

Percepções de homossexuais no ensino médio

VAGNER MATIAS DO PRADO*
ARILDA INES MIRANDA RIBEIRO**

RESUMO: Por meio de entrevistas semiestruturadas, problematizamos a homofobia na escola e os indícios heteronormativos em aulas de educação sexual, mostrando a trajetória escolar de jovens gays submetidos à injúria ou omissão pedagógica de estudantes e educadores/as, em um espaço social - a escola - que deveria promover o reconhecimento da diferença e o convívio com a diversidade.

Palavras-chave: Escola. Educação sexual. Homofobia.

Introdução

Construída com base em normas e representações disseminadas no contexto cultural a homofobia pode ser analisada em diversas instituições sociais, dentre elas, a escola. Se caracteriza por expressões de ódio, desprezo, indignação e manifestações de violência direcionadas a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTTTI)¹. Trata-se de um processo de naturalização de regras arbitrariamente determinadas, que instituem o rechaço contra expressões de sexualidade que negam a ótica heterocêntrica.

* Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) em Presidente Prudente/SP e pesquisador do Núcleo de Diversidade Sexual na Educação (Nudise) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT/Unesp). Presidente Prudente, SP – Brasil. *E-mail:* <vmp_ef@yahoo.com.br>.

** Doutora em Filosofia e História da Educação. Professora Titular Concursada pela Unesp. Coordena na FCT/UNESP o Curso de Especialização em ArteEducação, o Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura, Memória e Arte (GPECUMA) e o Núcleo de Diversidade Sexual em Educação (Nudise). Presidente Prudente, SP – Brasil. *E-mail:* <arilda@fct.unesp.br>.

Ancorados em estudos pós-estruturalistas e teoria *queer*, objetivamos analisar a construção do preconceito homofóbico por meio das práticas pedagógicas escolares e problematizar a “hetero-orientação” que direciona algumas intervenções sobre educação sexual nas escolas. O trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Procedimentos metodológicos

Por meio de entrevistas semiestruturadas foram geradas seis narrativas de sujeitos que se autorreconheciam como homossexuais. O primeiro participante foi contatado através de um grupo de discussão sobre homofobia em uma rede de socialização virtual. Após a entrevista, foi solicitada a indicação de um futuro possível participante, técnica conhecida como “bola de neve” (PATTON, 1990). Antes das entrevistas, cada sujeito leu e assinou um termo de consentimento livre e esclarecido. Após as transcrições, analisamos as narrativas com o auxílio da técnica de análise temática de conteúdo (BARDIN, 1977) em dois eixos: 1. Homofobia na escola e; 2. Educação sexual e heteronormalização.

A teoria *queer* foi eleita como opção teórica para problematizar os dados gerados, pois compreende a heterossexualidade como um sistema político normativo. Ao rejeitar a noção de uma identidade essencializada, evidencia os mecanismos culturais que constroem as diferenças sociais. Sua empreitada política intenciona desconstruir as representações hegemônicas de sexo, gênero e sexualidade e direciona seus olhares questionadores à compreensão dos “porquês” da heterossexualidade ser valorizada como “a identidade” e as intencionalidades sociais em condenar as lesbianidades, transsexualidades, travestilidades, intersexualidades, bissexualidades e homossexualidades ao rechaço social (BUTLER, 2003; CÉSAR, 2009; LOURO, 2008).

Também problematiza os rígidos padrões culturais de comportamento que definem o gênero masculino e feminino. Ao contrário de singular, demonstra que as representações de masculinidade ou feminilidade são plurais e estabelecidas em uma cadeia hierárquica na qual o considerado como masculino é tomado como medida padrão. Para a teoria *queer* o corpo pode ser pensado como uma categoria analítica que permite desvelar os mecanismos culturais de sua constituição, desconstruindo assim a ideia de um “eu” naturalmente dado e concebido a partir de uma perspectiva biológica.

Resultados e discussão

Homofobia na escola

Muitas são as formas assumidas pela homofobia que incidem nos corpos homossexuais para construí-los como representações “anormais”. Durante a trajetória escolar, sujeitos que fogem da lógica inteligível do gênero, ou seja, corpos que não reproduzem o ideário social, que prevê uma lógica causal e ordenada entre sexo biológico, gênero e sexualidade (BUTLER, 2003), são rechaçados, despotencializados e marginalizados, tornando-se alvos fáceis para marcações depreciativas. Zombar, xingar, “zoar” são táticas homofóbicas vivenciadas cotidianamente por homossexuais nas escolas:

Pesquisador: Em relação às experiências no colégio, você chegou, mesmo enquanto você não se reconhecia, você chegou a sofrer algum tipo de perseguição, de discriminação, violência?

Sujeito4: Oh, violência física nunca. Até porque eu evitava o máximo de brigas. Mas discussão sempre teve muita sim. [...] Ai, sempre andei com meninas, então os meninos fazem aquela perseguição, começam te zombar, te chamar de viadinho pelo fato de você andar com meninas. Então sempre teve sim uma perseguição por parte dos heterossexuais comigo.

Pesquisador: E você recorda de um exemplo, de alguma situação de perseguição que te marcou?

Sujeito4: Bom. Não tenho muitos exemplos porque eu evitava as brigas, mas... E eu evitava também sair de dentro da sala de aula. Então, mesmo quando chegava o intervalo, eu optava por não sair da sala. Mas quando eu saía, aí tinha os meninos da outra sala, que às vezes quando eu passava no corredor te “apontava”, te “chamava” de viadinho. Às vezes “reunía” todos e ficavam gritando, como se fossem um coral, te xingando mesmo. Esse é o exemplo que eu acho que marca.²

Nos espaços escolares torna-se difícil expressar-se em uma sexualidade não heterossexual quando a homossexualidade é representada como uma conduta “inapropriada” para os corpos considerados como “homens”. A injúria se constitui como uma linha de subjetivação que força os homossexuais a se esconderem ou a enfrentarem, constantemente, o ritual de hostilização acionado pelos que se identificam com a heteronorma. Quando ela vem em “coro”, seu efeito depreciativo se potencializa e, como relatado pelo colaborador entrevistado³, institui marcas significativas.

Segundo Eribon (2001), a injúria demarca o signo de vulnerabilidade psicológica e social dos homossexuais. Ela se faz presente no cotidiano de todo sujeito LGBTTTI que, a qualquer momento, pode ouvi-la em sua vida. Enunciações do tipo “viadinho”, “bicha” ou “sapatão” não são simples palavras jogadas ao vento. Associadas à significados depreciativos, são agressões que deixam sequelas, pois se inscrevem na memória e no corpo.

Em uma pesquisa com 221 estudantes, Longaray (2010) afirma que a homofobia atua de diferentes formas para atingir seus objetivos nas escolas. A autora evidencia que essa forma de violência utiliza desde xingamentos e depreciações referentes à sexualidade do “outro”, se estendendo a processos de exclusão, isolamento, ameaças, agressões físicas e espancamento.

Pichardo (2012) apresenta um estudo realizado pelo *British Council* no ano de 2010 em onze países europeus com 4.200 estudantes na faixa etária entre 12 a 18 anos no qual foi perguntado o principal motivo para que pudessem debochar de seus amigos de classe. 46% dos respondentes afirmaram ser a orientação sexual o principal motivo para piadas e chacotas.

O período escolar pode se configurar enquanto uma experiência torturante para sujeitos não enquadrados nos padrões de gênero e sexualidade propostos. Nossos interlocutores demonstram, mesmo quando relatam situações nas quais não foram os protagonistas, que se reconhecer, ou ser marcado pelo olhar do outro, como homossexual aciona uma série de vivências estressoras, negativas e que transforma a escola em um espaço de difícil convivência.

Sujeito1: É..., mas eu lembro que tinha dois alunos na minha sala [...]. Eles eram da minha sala e assim, eles sofriam muito preconceito, assim porque eles eram muito afetados né. Então, todo mundo falava mal deles pelas costas. Eu não lembro de nenhuma situação de... De *bullying* propriamente dito, mas todo mundo falava por trás assim, sabe?

Sujeito2: Sim... Eu me recordo de um, de um caso específico. Tinha, não na minha sala, no ensino médio, mas ele era mais velho que a gente, ele não era assumido mas a gente já via traços femininos nele, entendeu? É isso que eu tenho recordação e outro que se assumiu mesmo, e hoje em dia eu vejo na rua, e é um travesti.

Pesquisador: E como esses alunos eram tratados na escola, você recorda?

Sujeito2: Nossa, era muito... Sofria muito *bullying*, muito. Era muito “discriminados” e como era “discriminados” eles eram muito briguentos, digamos assim, então, eu acho que pra criar um tipo de respeito eles eram agressivos.

Presenciar situações na qual o “outro” sofre constantes perseguições por não seguir a norma, também se constitui em uma experiência que regula os corpos homossexuais. Ver, ouvir ou apenas “saber” que algo aconteceu com determinado estudante devido à homossexualidade restringe as possibilidades de se reconhecer positivamente em uma “identidade estigmatizada”.

Como relatado por nossos entrevistados, se a homossexualidade for acompanhada de características consideradas “femininas”, a perseguição se potencializa. Ser “afetado” torna-se um estopim para a construção da discriminação, preconceito e violência contra homossexuais. Com isso, a homofobia não pode ser considerada, de forma reducionista, como situações negativas direcionadas à orientação sexual de um sujeito. Como nos

alerta Borrillo (2010) e Welzer-Lang (2001), não podemos dissociá-la das assimetrias e hierarquizações construídas historicamente sob a ótica do gênero. “Traços femininos”, a “afetação”, a “‘bicha’ efeminada”, além de depreciarem os sujeitos por não serem heterossexuais, constroem o rechaço por se vincularem ao “feminino”.

As diferentes posições sociais que os sujeitos passam a ocupar em determinado contexto cultural não se assentam na noção de “similaridade”. O pensamento que constrói a definição categorial do homem e da mulher se institui de forma assimétrica, no qual o homem será representado como a medida padrão de todas as coisas. Assim, a inserção da mulher nesse sistema prevê sua submissão ao domínio masculino. Portar características socialmente atribuídas às mulheres contribui, ainda mais, para a depreciação da homossexualidade.

A marcação social das diferenças de sexualidade também ganha legitimidade devido a não problematização, por parte dos agentes pedagógicos, dos conflitos que confrontam a heterossexualidade. Assim, as dinâmicas escolares naturalizam a violência sofrida pelos sujeitos transgressores.

Pesquisador: E você se recorda a quem esses alunos [vítimas de homofobia] procuravam ajuda?

Sujeito2: [...] eu lembro que era bem, que ele era bem discriminado o pessoal, tipo, ele tinha um cabelo mais compridinho assim e o pessoal... E pintava de ruivo... É uma característica dele que eu lembro bem, fazia a sobrancelha tudo, era bem afeminado... O pessoal vinha, puxava o cabelo, xingava, acontecia tudo isso.

Pesquisador: E você lembra de alguma reação de professores, diretores, coordenadores, funcionários da escola frente a essas situações?

Sujeito2: Eu lembro uma vez que ele brigou na escola com um moleque, ele chamava Anderson⁴, que não era da minha sala, e eu lembro da inspetora pegando os dois pelo braço e levando pro coiso [diretoria]. Mas eu acho que é a única intervenção assim, que eu me lembro, que eu me recordo assim.

O medo ou a falta de conhecimento se constitui em um grande empecilho para que profissionais da área da educação possam abordar a homossexualidade a partir de uma perspectiva de possibilidade. Visto que a negação para com essa expressão do desejo é aprendida desde a mais tenra idade, torna-se difícil modificar as representações que creditam à heterossexualidade a forma “normal de comportamento”.

A escola utiliza várias técnicas para marcar a homossexualidade como abjeção, pecado ou doença (CASTRO, ABRAMOVAY e SILVA, 2004, p. 284-301). Carrara et al. (2006) relatam em pesquisa realizada durante a 9ª Parada do Orgulho GLBT⁵ de São Paulo, em 2005, que 32,6% dos entrevistados identificaram a escola e a faculdade como espaços de marginalização e exclusão, e 32,7% afirmaram ter sido discriminados por educadores/as ou colegas. Talvez esses dados nos auxiliem a compreender as ações escolares adotadas para lidar com situações que envolvem conflitos sobre a homossexualidade,

pois, como relata nosso colaborador, a medida interventiva adotada é conduzir os envolvidos à diretoria. Ou seja, o conflito é tratado como uma mera confusão entre dois ou mais estudantes, todavia, o motivo gerador da situação (que é específico e deveria ser o foco da atuação mediadora) não é problematizado.

A equipe pedagógica também pode expressar representações negativas sobre a homossexualidade. Como toda atuação pedagógica parte de uma representação, se um/uma de seus membros representa a homossexualidade como “anormal”, possivelmente, em situações de mediação de conflito, não contribuirá para a problematização dos motivos que o geraram.

Pesquisador: Nessas situações que você relatou de perseguição, de uma violência simbólica, chegou o momento de algum professor, professora, algum membro da equipe escolar presenciar esse tipo de discriminação?

Sujeito4: Olha, é, algumas professoras e professores chegaram sim a presenciar. Porque às vezes, quando eu ouvia algum cochicho, alguém zombando de mim dentro da sala eu sempre enfrentava, porque ali ele não era mais o valentão, porque ele tava sozinho. Então, mas eles nunca chegaram a intervir no fato porque eu tava ali brigando, eu não tava... Eles não viam como se eu estivesse me defendendo, eles viam como se fosse um bate boca mesmo, uma briga. Então aí os dois sempre acabavam na direção mesmo da escola e, às vezes, também, eu já levei suspensão por causa de briga, em razão disso.

Pesquisador: Qual a reação, nesses momentos de suspensão? Qual a reação da diretora frente ao ocorrido?

Sujeito4: Ah, assim como os professores, a diretora tava ali não para defender o meu interesse. Ela tava ali pra defender a imagem da escola. Então, ela nunca, também, tomou frente desse problema. Ela suspendia os alunos porque houve a briga. O motivo que levou à briga eles nunca interviam.

Camuflar a origem de um conflito, não questionar os motivos que o iniciaram, não se constitui como uma intervenção que, minimamente, se pretende educativa. Uma das formas de combate ao preconceito é nomeá-lo, mostrar que ele existe para que possamos saber o que combater. Para a perspectiva pós-estruturalista a linguagem constrói a realidade. Por isso, nomear o preconceito homofóbico contribui para materializá-lo como algo a ser desconstruído. Caso contrário, e como nos alerta nosso interlocutor, a ação adotada em nada contribui para discutir as problemáticas sociais que se expressam na escola.

A invisibilidade da violência sofrida por jovens LGBTTTI nas escolas legitima a norma heterossexual na qual a instituição foi construída. Em muitos casos, o preconceito sofrido parece ser “culpa” da vítima por esta não se adequar aos padrões normativos estabelecidos. Algumas tentativas de confronto para com a violência homofóbica são interpretadas como uma “briga qualquer” (“eles não viam como se eu estivesse me defendendo, eles viam como se fosse um bate boca mesmo, uma briga”), ocasionando uma omissão

no trato com a homofobia (“Ela [diretora] suspendia os alunos porque houve a briga. O motivo que levou à briga eles nunca interviram”).

A omissão frente à violência é acompanhada pelo medo dos jovens homossexuais de serem discriminados pelos próprios docentes. Visto que os/as agentes educativos silenciam frente à homofobia quando protagonizada por estudantes, suas vítimas receiam uma possível “dupla discriminação”, ou seja, ser hostilizado também pelos educadores/as.

Pesquisador: E em relação a você falar que não procurava auxílio, nem da família, e nem por parte de outros professores ou da direção [em situações relacionadas à homofobia], por que você tomava essa atitude de não procurar auxílio?

Sujeito4: Bom, eu já me sentia muito discriminado por parte dos colegas de sala e da escola no geral. O meu medo de procurar auxílio, por parte da diretoria, era o fato de também ser discriminado pela diretora.

A homofobia não é somente consentida, mas ensinada nas escolas. A instituição pode (re) produzir representações sociais, tornando-se um espaço para a construção de discriminações. Como relatam Britzman (1996) e Moreno (1999), nos espaços escolares, meninos e meninas aprendem, muitas vezes de maneira cruel, a se tornarem masculinos, femininas e heterossexuais.

A configuração heterossexual é a única valorizada como princípio de vida. Não somente por intermédio dos conhecimentos que ganham *status* de currículo, mas através do silenciamento de expressões culturais não hegemônicas. A omissão discursiva que acompanha a constituição das expressões LGBTTTI exerce efeitos reguladores. Não apenas o que é “dito”, mas o “não dito” sobre essas sexualidades incide no processo de construção de subjetividades. A invisibilidade discursiva que cerca as homossexualidades sugere que a heterossexualidade é a única forma de vivência sexual aceitável, ficando os jovens “não heterossexuais” alheios a compreender o seu desejo como possível.

Fato que agrava a situação é quando os próprios agentes educativos explicitam seu preconceito frente aos estudantes. A verbalização da homofobia na forma de associação entre sexualidade e indisciplina, “falta de moral” ou sua banalização por intermédio de brincadeiras realizadas pelos próprios professores/as acaba por construir um ambiente que acua, isola e violenta. Sobre situações que envolviam “brincadeiras” com a sexualidade, um dos entrevistados comenta:

Sujeito5: Daí tinha alunos que passava no professor, mas no bom sentido, punha a mão no ombro aqui [demonstra com gesto] e o professor... Já tinha professor mais brincalhão, falava: “ai, por que você não pega mais embaixo?”, essas brincadeiras, falavam até dando risada.

Embora não nomeie as homossexualidades, as atitudes do professor em relação às possíveis aproximações ou brincadeiras entre garotos aciona a norma heterossexual como tática para demonstrar o quanto essas aproximações “são perigosas”. Uma

maneira de educar os meninos para temerem o contato com outros homens é construir uma “conotação (HOMO) sexual” para essas aproximações. O receio de ser rotulado como homossexual dita às regras dos contatos que são ou não autorizados a se estabelecer entre garotos.

Para além da homossexualidade presumida (e que, para a escola, deve ser contida), quando ela se faz aparente a homofobia dos educadores/as se torna visível. Não soa mais como “brincadeira”. Borges et al. (2011) em pesquisa realizada com professores de escolas públicas sobre percepções relacionadas à homofobia, comentam uma experiência interessante ao entrarem em contato com a direção de uma das instituições participantes. Foi apontado para as/os pesquisadoras/es o quanto seria importante aquele tipo de trabalho, visto que naquela instituição muitos estudantes, ao frequentarem a escola “vestidos de menina” e com maquiagem, “desrespeitavam” os colegas e professores.

Outro fator que merece atenção é a constante compreensão dos sujeitos não heterocentrados como portadores de “identidades hipersexuais” e que precisam ser controladas nesses espaços para não causar danos.

Sobre experiências de estudantes LGBTTTTI nas escolas, Silva (2008) argumenta que esses corpos são investidos de uma sexualidade exagerada, insaciável e corruptível. Os usos e abusos que constituem novas performances para os corpos *gay*s nesses espaços provocam os olhares normalizadores em relação à ruptura da heteronorma, o que aciona mecanismos de controle em prol de sua restauração. Em contrapartida, demonstrações de afeto entre heterossexuais (um menino e uma menina se beijando, por exemplo), não despertam a atenção da escola para os “perigos da sexualidade”. Como demonstra Moreira (2005), comportamentos vistos como sinônimos de “indisciplinados” se aproximam de determinadas formas existenciais para que a norma possa “provar” o desvio desses corpos.

Para além das experiências subjetivas dos sujeitos durante seus trânsitos nos espaços da escola, quando de intervenções “educativas” sobre sexualidade, a norma heterossexual também pode ser visibilizada. Em aulas de educação sexual, os colaboradores de nossa investigação narram situações que evidenciam o biologicismo e heteronormalização presentes em muitas intervenções.

Dessa maneira, não somente a construção social das diferenças baseadas em marcas identitárias de sexualidade, como até aqui problematizadas, estabelecem as relações entre os estudantes não atendentes às normas. A abordagem de temas e conteúdos curriculares também exerce efeitos reguladores quando, de forma explícita ou “oculta”, restringe as possibilidades de identificação positiva com manifestações que se afastam da noção de heterossexualidade. Esse fato foi identificado durante as análises das entrevistas quando em situações pedagógicas para o debate sobre a sexualidade na escola, como discutiremos a seguir.

Educação sexual e heteronormalização

Em situações de educação sexual, a abordagem heterossexista e a invisibilidade das questões LGBTTTI ficam evidentes. Além de abordado a partir de uma perspectiva biológica, o conhecimento sobre a sexualidade mantém o viés heteronormativo quando, por exemplo, destaca a prevenção unicamente sob a ótica da diferença sexual. Raramente apresentam-se possíveis práticas preventivas entre dois meninos ou duas garotas, pois, o foco de atuação incide no combate à gravidez dita “precoc”. Se a relação sexual entre homens ou entre mulheres não gera esse “risco”, para que tocar no assunto?

Sujeito4: Na escola eu nunca tive aula de educação sexual, nem palestras sobre a diversidade sexual. Sempre aulas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência.

Sujeito5: Falava sobre doenças sexualmente transmissíveis, como fica o órgão genital do garoto, da garota, entendeu? Se pega uma doença sexualmente transmissível, entendeu? É pra ver e ficar chocado e tomar cuidado, entendeu?

Fato interessante destacado na narrativa do sujeito 5 é a política terrorista pela qual a sexualidade ganha os espaços escolares. O discurso preventivo parece construir uma sexualidade perigosa e que, se algum jovem se “doar” à vivência dos prazeres, poderá adoecer. A sexualidade se constitui em algo a ser combatido a partir da exibição, via multimídia, de imagens bizarras e degeneração dos corpos que se atrevem a vivenciá-la.

Altmann (2007) já denunciou que as intervenções escolares não questionam os pressupostos heterossexuais sobre ideias adolescentes acerca da primeira relação. Argumenta que ações pedagógicas sobre o uso do preservativo, por exemplo, se estabelecem a partir da ótica de um modelo padrão de relacionamento pautado na heterossexualidade:

[...] a importância da camisinha era destacada sempre dentro de um padrão idealizado de relacionamento e não dentro de relacionamentos sexuais de um modo geral, independentemente de quais fossem suas características e configurações. Outras formas de relacionamento eram, direta ou indiretamente, desvalorizadas ou, no mínimo, não consideradas (ALTMANN, 2007, p. 351-352).

Longaray (2010) também presenciou o recorte heterossexista com o qual a educação sexual ganha a escola. Durante sua pesquisa, uma jovem lesbiana questionou-a sobre o fato ao argumentar que, em espaços educativos para discutir a sexualidade, somente a ótica entre “homem e mulher” era abordada. O protagonismo juvenil se mostrou efetivo ao denunciar a heteronormalização presente nos discursos “pedagógicos” sobre a sexualidade que contribui para a vulnerabilização dos grupos LGBTTTI frente ao HIV/Aids e demais doenças sexualmente transmissíveis (DST).

A educação pautada nessa ótica naturaliza as diferenças em função da heterossexualidade. Cabe ressaltar que, ao seguir o pensamento de Monique Wittig (2006) e Adrienne Rich (2010), compreendemos a heterossexualidade como um regime político de normalização dos corpos e não como uma mera prática sexual ou configuração de sexualidade. Esse regime produz regras de condutas sociais que, ao serem materializadas/corporificadas pelos sujeitos a partir de suas experiências, constituem lógicas de pensamento movidas pelo ideário heterossexual. Como as formas de pensar são responsáveis pelas ações que adotamos, muitas das relações sociais estabelecidas seguem “o pensamento heterossexual”.

A aproximação da homossexualidade a uma mera prática sexual, e relacionada ao espaço privado, também impede que profissionais da educação a representem como uma dimensão social mais ampla. Sentimentos, desejos, construção do senso de autonomia sobre o próprio corpo, informações sobre a vivência saudável de sua sexualidade ou a compreensão de relações afetivas que podem se estabelecer entre dois sujeitos do mesmo gênero não são levadas em consideração.

Nos espaços escolares o “falar” sobre a sexualidade é velado. Isso impede que visões preconceituosas, e por vezes míticas, a seu respeito sejam questionadas.

Pesquisador: Em algum momento a escola propiciou espaço para a discussão dessas questões relacionadas à sexualidade?

Sujeito2: Não. Não, nenhum.

Sujeito3: Nunca.

Todavia, não falar sobre sexualidade não é o mesmo que dizer que a escola não a gerencia. A aproximação entre sexualidade e educação remonta ao século XIX, com as “preocupações científicas” em racionalizar o discurso sobre o sexo (FOUCAULT, 2010). Vale destacar que essa aproximação se fez a partir de uma visão binária de gênero, o que contribuiu para a construção e perpetuação da homofobia e para a responsabilização das mulheres frente aos cuidados com o corpo.

César (2009) argumenta que esse tipo de educação sexual se pôs a serviço de uma política de controle e normalização, tendo como modelo o casal monogâmico, heterossexual e procriativo. Também reflete que as questões de gênero são conduzidas a partir da ideia de “papéis sociais” referentes aos homens e mulheres. Dessa forma, não se problematiza que a própria noção de homem e mulher é uma produção de gênero.

A noção de “papéis” pode abrir brechas para que concebamos a existência de um sujeito “prévio”, que apenas interpretaria o gênero. Na visão da teoria *queer*, adotada como fundamentação para nossas problematizações, o gênero não é um “papéis” visto que não há um sujeito que o precede. O gênero é “performativo”, pois, ao construir as

condições sociais possíveis para a atuação, faz com que os sujeitos se constituam a partir dessas experiências (BUTLER, 2003; LOURO, 2008).

Altmann (2001) demonstra que a escola parte da perspectiva biológica para abordar a sexualidade e a faz em decorrência de um recorte de gênero, restringindo a abordagem do tema às amarras normativas das disciplinas de “ciências”. O conteúdo fica a mercê de uma análise biomédica, reducionista e restrita a duas questões básicas: gravidez na adolescência/doenças sexualmente transmissíveis (DST); e prevenção tanto à gravidez quanto às DST/HIV/Aids. Quando nossos colaboradores foram questionados se, durante o processo de escolarização, a sexualidade se configurou como temática, a predominância biológica ficou evidente, como pode ser observado na transcrição do trecho de uma das entrevistas:

Sujeito1: Sobre sexualidade sim. Tipo, na quinta série. Eu lembro que foi uma... Sei lá se era sexóloga... E foi ensinar sobre coisas, enfim. Falar sobre masturbação, sobre poluição noturna, menarca, e... Mais o tema do homossexualismo⁶ não foi abordado. Não que eu me lembre... E eu me lembraria.

Argumentamos que nas escolas, crianças e jovens poderão se tornar suscetíveis às piores situações de violência e exclusão. Com a sexualidade restringida à perspectiva biológica, é notório que sujeitos que fogem do padrão se tornam “alvos” preferidos para xingamentos, chacotas, brincadeiras sem que, em muitos casos, os educadores/as intervenham de forma a problematizar a violência que perpassa essas atitudes (BORGES e MEYER, 2008; BORGES et al., 2011).

Ao problematizar a produção sistemática de corpos heterocentrados, novas proposições filosófico-metodológicas necessitam ser aproximadas das escolas. Nessa linha de pensamento, as teorizações *queer* se estabelecem enquanto possibilidades de confronto e constituição de uma nova epistemologia para o trabalho educativo (CÉSAR, 2012; LOURO, 2008; SEFFNER, 2013). Esse modo de pensar “demonstra que o sexo, o corpo e o próprio gênero são construções culturais, linguísticas e institucionais geradas no interior das relações de saber-poder-prazer, determinadas pelos limites do pensamento moderno” (CÉSAR, 2009, p. 49).

A instauração da diferença (compreendida como processos discursivos) pode dar brechas para repensar as práticas, currículos e função da escola. Ao instituir rupturas na norma, cria condições de possibilidade para o surgimento de formas de coerência até então impensadas. Segundo César (2009, 2012), esse confronto indica possibilidades para saber que não se sabe e potencializa a criatividade, o que pode culminar para a construção de espaços nos quais a ansiedade provocada pela fragilidade do conhecimento permite novas acepções de sujeitos e facilita a emergência de “outras” formas de existência.

Assim, os conteúdos aparentes no currículo escolar poderiam disparar questionamentos que garantissem possibilidades para que os jovens problematizassem que toda

intervenção social é transpassada por intencionalidades que objetivam construir determinada visão de mundo. Quando o tema nos remete à sexualidade, ampliar os debates e reconhecer a existência de configurações afetivas que nem sempre se constituem a partir de um modelo padrão se faz necessário. Caso contrário, o preconceito, a discriminação e a violência direcionados aos sujeitos LGBTTTI acabam legitimados pela própria área da educação que, dentre outras especificidades, deveria garantir o reconhecimento das diferenças enquanto “acontecimento” constituinte da convivência humana.

Considerações finais

No presente artigo, analisamos como o preconceito homofóbico é aparente no contexto escolar e reiterado por sua dinâmica. Na escola, jovens LGBTTTI se tornam alvo de marcações sociais de diferença que despotencializam a existência de seus corpos.

Os sujeitos entrevistados mostram como as relações estabelecidas entre homossexuais e escola são permeadas por sentimentos de medo, angústia, desconfiança e solidão, pois, quando vítimas da homofobia, não contam com o apoio da comunidade escolar. Assim, cabe questionar: qual a significação construída por esses jovens sobre a escola? Para que frequentá-la se o ambiente pedagógico se mostra hostil para determinadas possibilidades de existência?

É notória a convivência de professores e gestores com a violência homofóbica. Como relatado nas entrevistas, em situações de conflito que envolveram questões relacionadas à homossexualidade, a equipe pedagógica, por meio da banalização da violência através de “brincadeiras” ou da não problematização dos motivos que originaram certas situações, contribuem para a construção e manutenção de representações negativas sobre sujeitos LGBTTTI.

Sobre situações de educação sexual, a heteronormatividade e a negação das experiências homossexuais são visíveis. O referencial biologicista constrói a representação de uma sexualidade hetero-orientada, cujo objetivo é combater a gravidez na juventude e demonizar o contato afetivo, erótico e sexual que pode ser estabelecido entres os corpos. Nesses momentos (des) educativos, a existência LGBTTTI sequer é anunciada enquanto realidade social a ser reconhecida.

O não reconhecimento da diversidade sexual durante o planejamento de algumas intervenções educativas expõe parte dos estudantes à exclusão e violência. Não reconhecer como possível as “não heterossexualidades” ou a vivência dos prazeres para além da ótica binária da reprodução, faz com que a escola legitime a estigmatização e perseguição de sujeitos que transgridam os padrões socialmente esperados para os gêneros e sexualidades.

Silêncios pedagógicos contribuem para que muitas crianças, jovens e adultos sintam em seus corpos as marcas da heteronormalidade. Por isso, mas não com o objetivo de esgotar as discussões aqui apresentadas, nos posicionamos sobre a necessidade de visibilizar a violência homofóbica nos diversos espaços sociais, reconhecer que ela existe, ouvir suas vítimas, debater sobre o assunto, atentar para os locais onde ela ocorre e de que forma atinge seus objetivos. Argumentamos que é necessário reconstruir os currículos escolares enquanto estratégias para a transformação social e prática crítica, caso contrário, contribuiremos para a manutenção de uma sociedade que, mesmo diversa, nega a multiplicidade cultural e instaura o medo pelo “diferente”, transformando assim algumas expressões de vida em “alvos” a serem combatidos.

Recebido em fevereiro de 2015 e aprovado em junho de 2015

Notas

- 1 Embora o termo homofobia seja muito utilizado em documentos oficiais e em boa parte da produção acadêmica brasileira em referência ao preconceito contra sujeitos LGBTTTI, é necessário reconhecer que as manifestações de ódio em decorrência da sexualidade atingem de forma específica lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais. Muitos estudos preferem tratar as discriminações de forma específica ao se referir a gayfobia, lesbofobia, travestifobia, transexualfobia, intersexualfobia, bissexualfobia. Manteremos o termo genérico, pois, embora o artigo apresente relatos de homens homossexuais (gays), as problematizações geradas podem contribuir para questionamentos sobre o preconceito contra as demais expressões de sexualidade, inclusive de heterossexuais que não performatizam o gênero esperado para seu sexo biológico.
- 2 As transcrições respeitaram a fala dos participantes.
- 3 Quando utilizada a terceira pessoa do singular, visibilizamos a especificidade das informações contidas no trecho da entrevista transcrita. Nos momentos em que nos referimos ao conjunto das seis entrevistas, utilizamos a grafia no plural.
- 4 O nome é fictício.
- 5 Sigla utilizada pelos autores/as.
- 6 Termo utilizado pelo entrevistado. Todavia, a palavra “homossexualismo” não é mais utilizada. O sufixo “ismo”, no linguajar médico, fez referência a representação da homossexualidade como patologia mental. A grafia “homossexualismo” foi banida da Classificação Internacional de Doenças (CID) pela Associação de Psiquiatria Americana (APA) na década de 1970. A Organização Mundial de Saúde (OMS) suprime a palavra na década de 1990 e, no Brasil, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia proíbe que profissionais da área ofereçam “tratamentos de reorientação” para homossexuais, pois não se trata de uma doença. Homossexualidade passa a ser o termo adotado na escrita médica e acadêmica, pois, o sufixo “dade” nos remete a pensar em “modos de existência”.

Referências

- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- ALTMANN, Helena. Educação sexual e primeira relação sexual: entre expectativas e prescrições. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 333-356, mai./ago. 2007.
- _____. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 575-583, 2001.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008.
- _____. et al. Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/ Brasil). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 21-38, jan./ abr. 2011.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BRITZMAN, Debora. O que é esta coisa chamada amor - identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.
- BUTLER, Judith. **Problemas do Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARRARA, Sérgio et al. **Política, Direitos, Violência e Homossexualidade**. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006, p. 40 – 42.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. A diferença no currículo ou intervenções para uma pedagogia *queer*. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 351-362, jan./jun. 2012.
- _____. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.
- ERIBON, Didier. **Reflexiones sobre la cuestión gay**. Barcelona: Anagrama, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- LONGARAY, Deise Azevedo. **“Eu já beijei um menino e não gostei, ai beijei uma menina e me senti bem”**: um estudo das narrativas de adolescentes sobre homofobia, diversidade sexual e gênero. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciência: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.
- LOURO, Guacira. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer***. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MOREIRA, Maria de Fátima Salum. Preconceito, sexualidade e práticas educativas. In: SILVA, Divino José da; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (Org.). **Valores, preconceito e práticas educativas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 145-160.
- MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna; Campinas: Unicamp, 1999.

- PATTON, Michael. **Qualitative evaluation and research methods**. London: Sage, 1990.
- PICHARDO, José Ignacio. El estigma hacia personas lesbianas, gays, transexuales y bisexuales (LGBT). In: GAVIRIA, Helena; GARCÍA-AEL, Cristina; MOLERO, Fernando (Orgs.). **Investigación-acción: aportaciones de la investigación a la reducción del estigma**. Madrid: Sanz y Torres, 2012. p. 111-125.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, Rio Grande do Norte, n. 5, p. 17-44, 2010.
- SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, jan./mar. 2013.
- SILVA, Aline Ferraz da. **Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola**. 2008. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n. 2, p. 460-482, 2001.
- WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Egales, 2006.

Homophobia and sex education in school

Perceptions of homosexuals in high school

ABSTRACT: Through semi-structured interviews, we question homophobia in school and heteronormative evidence in sex education classes, showing the school trajectory of young gay men subjected to slander or pedagogical failings by students and teachers, in a social space - the school - which should promote the recognition of difference and living with diversity.

Keywords: school. sex education. homophobia.

Homophobie et éducation sexuelle à l'école

Perceptions des homosexuels dans l'enseignement secondaire

RÉSUMÉ: A travers des entrevues en partie structurées, nous problématisons l'homophobie à l'école et les éléments hétéronormatifs en cours d'éducation sexuelle, en montrant la trajectoire scolaire de jeunes gays soumis aux injures ou l'omission pédagogique d'étudiants et éducateurs (trices) dans un espace social-l'école-qui devrait promouvoir la reconnaissance de la différence et le vivre-ensemble dans la diversité.

Mots-clés: Ecole. Education sexuelle. Homophobie.

Homofobia y educación sexual en la escuela

Percepciones de homosexuales en la enseñanza media

RESUMEN: Mediante entrevistas semiestructuradas, discutimos la homofobia en la escuela y los indicios heteronormativos en clases de educación sexual, mostrando la trayectoria escolar de jóvenes gays sometidos a la injuria u omisión pedagógica de estudiantes y educadores/as, en un espacio social (la escuela) que debería promover el reconocimiento de las diferencias y la convivencia con la diversidad.

Palabras clave: Escuela. Educación sexual. Homofobia.